

REFLEXÕES SOBRE EMPREGO E (REDUÇÃO DA) POBREZA NO PARP: DESAFIOS PARA UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA

Yasfir Ibraimo

INTRODUÇÃO

O Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP, 2011 – 2014) colocou como desafio principal gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar dos actuais 54.7% para 42% em 2014. Matematicamente, significa que, ao longo do quinquénio 2010 – 2014, o governo pretende reduzir a incidência de pobreza em 12.7%, isto é, em média cerca de 2.5% ao ano. Para responder a este desafio, foram colocados três objectivos gerais, sobre os quais serão direccionados os esforços da acção governativa, nomeadamente: aumento da produção e da produtividade agrária e pesqueira, promoção de emprego e desenvolvimento humano e social (GdM 2011).

Este artigo tem como foco principal o segundo objectivo geral do PARP, relativo à promoção de emprego. Dado o objectivo global do PARP – reduzir a pobreza – estabeleceu-se, neste plano, uma ligação directa, automática e simplista entre promoção massiva de emprego e redução da pobreza. Como a geração de emprego é uma forma de distribuição de rendimentos na economia, e o nível de pobreza em Moçambique é classificada como alimentar, assume-se, neste plano, que a mera geração de emprego reduz a pobreza.

O PARP considera que a criação de empresas e indústrias de mão-de-obra intensiva podem contribuir para a criação de emprego. Para tal, a liberalização das condições de emprego é destacada como um incentivo à criação de emprego. Paralelamente a este incentivo, o PARP destaca outras formas de criação de emprego como,

por exemplo, o auto-emprego e criação de esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que forneçam postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como a construção e manutenção de infra-estruturas locais.

O principal objectivo do artigo é levantar questões que o PARP não trata, mas que deveria abordar quando discute a questão da promoção de emprego e redução de pobreza. O artigo pretende, também, fazer uma reflexão sobre algumas questões que precisam de ser contextualizadas e discutidas quando se aborda a ligação entre a promoção de emprego e a redução da pobreza. Não se pretende, de forma alguma, com este artigo, elaborar uma receita de política para a geração de emprego e redução de pobreza. Pretende-se, acima de tudo, perceber, problematizar e ilustrar algumas inconsistências no PARP, e, em forma de desafios, propor algumas alternativas de abordagem.

O artigo argumenta que *(i)* a ligação entre emprego e redução de pobreza existe, mas não é automático que seja uma ligação de redução ou de aumento de pobreza, *(ii)* a liberalização das condições de emprego não permite aumentar a produtividade das empresas e consequentemente não cria nem expande o emprego e *(iii)* com a liberalização das condições de emprego, a tendência vai ser a de impedir que o emprego reduza a pobreza porque a competitividade do emprego tenderá a ser garantida por via da redução dos rendimentos reais dos trabalhadores.

O presente artigo é composto por quatro secções, para além da introdução. A primeira secção apresenta o argumento do PARP sobre a criação de emprego e redução de pobreza. A segunda secção apresenta algumas críticas ao argumento do PARP sobre a relação simplista e automática que estabelece entre emprego e redução de pobreza. A terceira secção discute a questão da liberalização das condições de emprego e seus impactos na criação massiva de emprego. A quarta secção apresenta alguns desafios para uma abordagem alternativa.

O PARP E O SEU ARGUMENTO SOBRE CRIAÇÃO DE EMPREGO E REDUÇÃO DE POBREZA

Esta secção tem como objectivo principal apresentar o argumento do PARP sobre a criação de emprego e redução de pobreza (porquê gerar emprego?) e os seus mecanismos de promoção de emprego (o que fazer para gerar emprego?).

O PARP definiu como objectivo principal alcançar um crescimento económico inclusivo e uma redução do índice de pobreza alimentar e vulnerabilidade no país.

Neste contexto, a promoção massiva de emprego, independentemente das suas condições, é equacionado como um dos mecanismos para atingir este propósito (GdM 2011). Dado o objectivo último do PARP - reduzir a pobreza - estabelece-se, neste plano, uma ligação directa, automática e simplista entre promoção massiva de emprego e redução da pobreza. Como a geração de emprego constitui uma das formas de distribuição de rendimentos na economia e o nível de pobreza em Moçambique é classificada como alimentar, assume-se, neste plano, que a mera geração de emprego contribuirá para a redução de pobreza.

Porquê gerar emprego? Para o PARP, há necessidade de promover a criação massiva de emprego para reduzir a pobreza. Esta ligação automática e simplista não é explicada neste documento, isto é, apenas é tido como um dado adquirido. Portanto, de acordo com este plano, para promover o emprego é necessário criar um ambiente favorável à constituição e desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e à atracção de investimento doméstico e estrangeiro em indústrias de mão-de-obra intensiva. Para tal, como um dos principais estímulos às actividades intensivas em trabalho, é fundamental flexibilizar a Lei Laboral nas questões relativas à contratação de mão-de-obra nacional e estrangeira qualificada, horas extraordinárias, salário mínimo, faltas justificadas e despedimentos. Paralelamente a este incentivo, o PARP destaca o auto-emprego e a criação de esquemas de obras públicas intensivas em mão-de-obra que forneçam postos temporários de emprego de baixo custo em obras públicas como a construção e manutenção de infra-estruturas locais, como uma das formas de criação de emprego (GdM 2011, pp.23 - 25).

A abordagem do PARP sobre emprego olha para as MPMEs e as indústrias de mão-de-obra intensiva como fonte de geração de emprego, independentemente do tipo de emprego e das condições de trabalho, da produção e da sua organização. Aqui, o emprego é visto como função de empresa, onde a criação de uma empresa está associada à criação de emprego.

O argumento do PARP sobre o emprego, isto é, os objectivos de criação de emprego e seus mecanismos (porquê gerar emprego e o que fazer para gerar emprego) levantam algumas interrogações, nomeadamente: (i) será que a relação entre emprego e pobreza existe? (ii) Será que a relação entre emprego e redução de pobreza é linear? (iii) Será que os mecanismos de geração de emprego destacados no PARP criam, de facto, emprego? (iv) Será que estes mecanismos de criação de emprego são consistentes com a criação de um emprego produtivo e competitivo? (v) Será que aquilo que o PARP diz que vai fazer para criar emprego é consistente com o objectivo de reduzir a

pobreza? Estas, entre outras, questões que se levantam deixam muito a desejar sobre a possibilidade de o emprego reduzir o nível de pobreza. Portanto, estes mecanismos podem, até certo ponto, gerar emprego assalariado mas acompanhado por trabalhadores pobres¹.

As questões aqui levantadas serão discutidas nas próximas secções, contribuindo, assim, para a reflexão de questões sobre emprego e redução de pobreza.

CRITICA AO ARGUMENTO DO PARP SOBRE CRIAÇÃO DE EMPREGO E REDUÇÃO DE POBREZA

A secção passada, para além de apresentar o argumento do PARP sobre a criação de emprego e redução de pobreza e os mecanismos de promoção de emprego, levantou algumas questões sobre este argumento. A presente secção pretende, por um lado, apresentar algumas objecções ao argumento do PARP e, por outro lado, explicar as razões para tais objecções e como é que, de facto, a relação entre emprego e pobreza acontece.

Indubitavelmente, a geração de emprego é um meio muito importante para a distribuição de rendimentos na economia (crescimento económico inclusivo) e, também, para a redução de pobreza (Khan 2007, pp.124 - 125). De facto, a ligação entre emprego e pobreza existe, mas não é automático e linear que seja uma ligação de redução ou de aumento de pobreza, ou seja, esta relação pode ser de redução ou de aumento dos níveis de pobreza. Portanto, a ligação automática e simplista entre criação de emprego e redução de pobreza não existe e não pode ser tomado como um dado adquirido.

Uma objecção ao argumento do PARP está relacionada com o auto-emprego e com os trabalhos temporários de baixo custo em obras públicas como um dos mecanismos de criação de emprego. No PARP o auto-emprego é visto como um substituto do emprego formal assalariado. De facto, o auto-emprego não pode ser visto como substituto do emprego formal assalariado. Como ilustra Wuyts (2001), o sector informal depende do sector formal para poder existir e se expandir. Ainda segundo este autor, uma crise no sector formal, ou seja, no trabalho assalariado,

¹ Trabalhadores pobres são aqueles que obtêm os seus rendimentos a partir do seu trabalho bem abaixo da linha da pobreza por causa do seu envolvimento em qualquer actividade de baixa produtividade e auto-emprego (por exemplo, no sector informal) ou em trabalho assalariado de baixa remuneração formal ou informal [Atkinson, 1998, p. 80; citado por Wuyts (2010)].

não permite expandir as actividades geradoras de rendimento de natureza informal. Portanto, a existência de um emprego, com um salário minimamente seguro, torna-se importante, pois permite que as famílias possam acumular para posteriormente investir na diversificação das suas fontes de rendimento (Castel-Branco 1995; Oya, Cramer & Sender 2007, p. 36).

A forma simplista de tratar e assumir a ligação directa entre emprego e redução de pobreza constitui uma outra objecção do artigo ao argumento do PARP. Esta assunção, para além de não permitir tratar das questões de forma rigorosa e sistemática, tem implicações nas opções políticas. Por exemplo, no caso específico do PARP, uma das opções políticas para estimular o emprego é a liberalização das condições de emprego. Mas é questionável se a liberalização das condições de trabalho gera realmente emprego. Portanto, não se pode olhar para o emprego em si como uma mera meta numérica a atingir. Isto significa que a geração de emprego numa economia não pode ser vista como um indicador de redução de pobreza e/ou melhoria do padrão de vida da população ou das pessoas que trabalham. O emprego em si pouco diz sobre a melhoria do padrão de vida das pessoas, e evidências empíricas têm demonstrado que existem pessoas que, mesmo estando empregadas, vivem abaixo da linha da pobreza; os chamados trabalhadores pobres [Atkinson, 1998, p. 80; citado por Wuyts (2010)].

Não existe, *a priori*, uma forma para decidir se a criação de emprego reduz ou aumenta a pobreza. A ligação entre emprego e redução de pobreza não depende apenas do emprego, depende, também, da articulação de uma série de factores, nomeadamente: (i) estrutura produtiva da economia, (ii) condições de trabalho e (iii) produtividade das empresas, em particular, e da economia como um todo, no geral.

A estrutura produtiva da economia, que em parte reflecte o padrão de crescimento económico e o tipo de economia que está sendo construída, permite que haja, ou não, um equilíbrio entre o consumo agregado da economia e o crescimento económico, isto é, para cada taxa de crescimento há uma taxa de consumo que faz com que a expansão da economia não seja feita com o aumento dos preços dos bens básicos de consumo. Como mostrou Kalecki, o crescimento económico pode fazer-se à custa dos pobres, caso seja acompanhado pela inflação nos preços dos bens básicos de consumo (Wuyts 2011, p.5). Os preços dos bens básicos de consumo, em particular, dependerão da taxa de acumulação da economia, em relação aos rendimentos ganhos nos investimentos na produção de bens ou nas exportações, para financiar a produção interna ou a importação dos bens básicos de consumo (Wuyts 2011, p.6).

Este equilíbrio, que é gerado pelo padrão de produção, permite aumentar os salários reais² e expandir o emprego por causa da competitividade do salário nominal. Isto pode ser garantido por via do fornecimento de bens e serviços básicos de consumo a baixo custo e do aumento da produtividade, contribuindo, assim, para a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores (Wuyts 2010; Wuyts 2011).

As condições de trabalho também desempenham um papel muito importante na ligação entre emprego e redução de pobreza. Estas dão ou tiram, mais ou menos, ao trabalhador porções do seu rendimento (gerado pelo seu trabalho), o que influencia o salário real dos trabalhadores. Melhorias nas condições de trabalho, por exemplo, investimento na formação e qualificação da mão-de-obra, podem contribuir para o aumento da produtividade e expansão do emprego.

A produtividade das empresas e da economia como um todo (Wuyts 2011, p.13) também é um factor importante na relação entre emprego e redução de pobreza. A produtividade das empresas permite expandir o emprego e aumentar o salário real dos trabalhadores. É preciso tomar em consideração que melhorias na produtividade das empresas nem sempre se reflecte directamente no aumento do salário real. Depende, em parte, das condições de trabalho e da proporção dos ganhos de produtividade que os trabalhadores absorvem no processo produtivo. Se estes ganhos de produtividade e a proporção do rendimento vão afectar o salário real, depende do que acontece com os bens e serviços básicos de consumo. Portanto, isto tem relação com a estrutura produtiva da economia e com a distribuição de rendimentos, isto é, o que se produz, para quem se produz e como se distribui. Não é apenas o aumento da produtividade das empresas que interessa, mas também da economia como um todo (Wuyts 2011, p.13).

A redução de pobreza não está, apenas, associada à criação de emprego, aos ganhos de produtividade e ao acesso aos bens básicos de consumo (especialmente comida), mas também a níveis elevados de educação e ao acesso aos serviços de saúde e saneamento de qualidade. O acesso a níveis mais altos de educação e saúde está associado à expansão e à qualidade dos serviços públicos, que podem ser financiados pela redistribuição de rendimentos na economia. Portanto, é necessário conjugar os ganhos de produtividade, o emprego e o acesso a bens básicos de consumo com a expansão do acesso aos serviços de saúde e de educação de qualidade a preços acessíveis.

² O salário real é obtido deflacionando o salário nominal pelo índice de preço ao consumidor (ou, mais precisamente, pelo índice de preço de bens de consumo). O principal canal de comunicação entre emprego e redução de pobreza é o salário real dos trabalhadores. O salário real é uma medida de qualidade de vida das pessoas que trabalham. Por outras palavras, uma variação positiva (um aumento) no salário real tem um efeito directo no bem-estar dos trabalhadores (Wuyts 2010, p.7).

É possível aumentar a produtividade e ter acesso a bens básicos de consumo, comida, por exemplo, mas, sem uma estrutura básica de qualidade e a preços acessíveis dos serviços sociais, como educação e saúde, financiada pelo sistema produtivo através, por exemplo do orçamento do estado, os níveis de pobreza e de vulnerabilidade das famílias pode aumentar.

LIBERALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EMPREGO E SEUS IMPACTOS

De acordo com o PARP, empresas e indústrias intensivas em mão-de-obra constituem focos de geração de emprego, isto é, o emprego é visto como uma função de firmas onde a criação de uma firma está associada a geração de emprego. Para tal, liberalizar as condições de emprego é tido como um dos principais incentivos à criação massiva de emprego. Mas, será que a liberalização das condições de emprego pode ser, de facto, vista como uma estratégia sustentável de geração massiva de emprego? Esta secção, para além de apresentar algumas objecções ao argumento do PARP sobre a liberalização das condições de emprego, destaca alguns impactos que podem ser criados com uma estratégia de liberalização das condições de emprego.

O debate sobre a flexibilização do mercado de trabalho não é novo, embora o termo só se tornasse popular na década de 1980, e tem apresentado argumentos e resultados de pesquisa divergentes (Rodgers 2007, p.191). Na perspectiva neoclássica a flexibilidade do mercado de trabalho é entendida estritamente em termos de ausência da rigidez de salários. A noção de flexibilidade foi trazida para justificar reduções nos salários reais e, mais fundamentalmente, para minar a capacidade do mercado de defender os trabalhadores através dos sindicatos e da legislação governamental e política (Fine 1998, p.74).

Segundo Rodgers (2007, p.194), tem sido difundido o argumento de que o lento e inadequado crescimento do emprego em todo o mundo reflecte as instituições do mercado de trabalho que fornecem um desincentivo à criação de emprego. Ainda de acordo com este argumento, numa economia globalizada a flexibilidade do mercado de trabalho é uma pré-condição para a criação de emprego.

No PARP, a liberalização das condições de emprego significa flexibilizar a Lei Laboral nas questões atinentes à contratação de mão-de-obra nacional e estrangeira qualificada, horas extraordinárias, salário mínimo, faltas justificadas e despedimentos (GdM 2011, p.24). A liberalização pode, também, ser entendida como maior flexibi-

lidade para os empregadores decidirem sobre quais condições de trabalho oferecerem aos trabalhadores e a possibilidade de ajustar as condições de produção à custa do bem-estar do trabalhador.

No debate sobre a flexibilização das condições de emprego, a questão que se levanta é se, de facto, esta pode ser vista como uma estratégia sustentável de geração massiva de emprego, num contexto em que o objectivo principal é reduzir a pobreza. De facto, a liberalização das condições de emprego não gera emprego produtivo e sustentável e também não cria empresas produtivas e intensivas em trabalho. Porque a criação de emprego numa economia não é uma questão isolada do contexto produtivo, isto é, tem ligação com a diversificação, articulação e expansão da base produtiva. Por outras palavras, haverá mais emprego se a economia puder expandir-se de forma sustentável e inovadora. Para tal, é necessário inovar e aumentar a produtividade do trabalho.

Aumentar a produtividade, segundo Amsden (1997), citado por Wuyts (2001, p.419), depende, por um lado, da formação e qualificação da mão-de-obra, da pesquisa e inovação por parte das empresas, da organização da produção e, por outro lado, depende da melhoria na produção, da operação de gestão, das relações de trabalho e da produtividade das cadeias de produção de que as empresas fazem parte.

Uma objecção à liberalização das condições de emprego é que esta, *a priori*, pressupõe a disseminação de trabalhos de baixa produtividade e, como consequência, não cria nem expande o emprego. Porque, num contexto em que o mercado de trabalho e as leis laborais são flexíveis, o empregador tem facilidades na contratação, despedimentos e na definição das condições laborais. Estas condições não incentivam as empresas a apostar na formação e qualificação da sua mão-de-obra e a investir na pesquisa e inovação dos seus processos produtivos. Assim, desenvolvem-se, dentro da economia, empresas que vão extrair rendas dos trabalhadores e não vão desenvolver a sua base produtiva. Reproduz-se, também, um emprego de subsistência, com baixa produtividade e com incapacidade de expandir o emprego.

Um problema associado aos trabalhos de baixa produtividade é que, para melhorar as condições de vida das pessoas que trabalham, é necessário aumentar o salário nominal, afectando ou aumentando o rácio salário-produto³, onde as empre-

³ O salário produto é obtido deflacionando o salário nominal pelo preço do produto (que, no nível agregado, consiste no deflactor do PIB). O salário produto é uma variável fundamental na determinação da estrutura de custos de produção e, portanto, da sua rentabilidade e, mais genericamente, a sua viabilidade económica, particularmente no caso de produção intensiva de trabalho (Wuyts 2010, p.7).

sas se tornaram menos competitivas e, conseqüentemente, não irão empregar mais trabalhadores.

Fica evidente que liberalizar as condições de emprego não é a opção política sustentável para a criação de um emprego produtivo e redutor de pobreza. Uma alternativa é reduzir a flexibilidade do mercado de trabalho, através de uma certa regulamentação, por exemplo, altos custos de indemnização por despedimentos, contratos de trabalho de longo prazo e melhoria das relações laborais. Esta regulamentação pode obrigar as empresas a investir na qualificação da mão-de-obra e a inovar, e conseqüentemente a aumentar a produtividade.

Por um lado, se de facto se pretende inovar e aumentar a produtividade, não se pode reproduzir condições de trabalho precárias e de subsistência, assentes em trabalhos temporários de baixo custo e sem investimento por parte das firmas na formação da mão-de-obra. Por outro lado, uma certa regulamentação do mercado de trabalho associada ao poder dos sindicatos pode gerar pressões, por exemplo, para a subida dos salários nominais, obrigando as empresas a inovar e a aumentar a produtividade, sem necessariamente despedir os trabalhadores.

Portanto, pensar na liberalização das condições de emprego como um estímulo à criação de emprego não responde a este objectivo. Porque é um modelo que reproduz uma força de trabalho não qualificada e pouco produtiva, não garante ganhos de produtividade e de melhoria do padrão de vida dos trabalhadores e não reduz a pobreza.

DESAFIOS PARA UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA

Tendo como foco principal o segundo objectivo geral do PARP, relativo à promoção de emprego e partindo da ligação directa, automática e simplista que o PARP estabelece entre promoção massiva de emprego e redução da pobreza, o presente artigo procurou levantar questões que este plano não trata, mas que deveria tratar quando discute a questão do emprego e da redução de pobreza.

Em jeito de conclusão, o artigo destaca alguns desafios para uma abordagem alternativa à abordagem do PARP sobre emprego e pobreza.

Primeiro, a ligação entre emprego e redução de pobreza não pode ser vista de forma simplista, automática e como um dado adquirido, porque a ligação entre emprego e redução de pobreza não depende apenas do emprego, mas de factores como a estrutura produtiva da economia, das condições de trabalho e da produ-

tividade das empresas. Estes factores devem ser incorporados na discussão e nas opções políticas.

Segundo, a criação de emprego não pode ser vista como uma meta meramente quantitativa e isolada do resto da economia, porque não é o emprego, em si, que reduz a pobreza. O crescimento do emprego deve ser acompanhado não apenas pelo aumento da produtividade, mas também pelo crescimento dos ganhos do trabalho, caso contrário o crescimento do emprego pode levar ao crescimento do número de trabalhadores pobres (Wuyts 2011, p.11). É necessário, também, transformar a estrutura produtiva da economia para que os ganhos de produtividade sejam absorvidos pelos trabalhadores e que haja acesso a bens e serviços básicos de consumo.

Terceiro, a liberalização das condições de emprego não pode ser vista como uma estratégia sustentável de geração de emprego. O PARP destaca a liberalização das condições de trabalho como um estímulo à competitividade das empresas e criação de emprego. Isto reduz o poder negocial dos trabalhadores e não é um caminho para reduzir a pobreza nem para tornar uma economia competitiva. É um caminho para tornar uma economia que depende de uma força de trabalho não qualificada. É necessário aumentar a produtividade do trabalho, apostando na formação e qualificação da mão-de-obra e na organização da produção. A base produtiva e, conseqüentemente, o emprego não irá expandir se não houver inovação e qualificação. Com a liberalização das condições de emprego, a tendência vai ser a de impedir que o emprego reduza a pobreza porque a competitividade do emprego tenderá a ser garantida por via da redução dos rendimentos reais dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- Castel-Branco, C.N., 1983a. A integração dos camponeses médios numa economia socialista planificada: o caso de Marracuene. Projecto Troca 83 (Marracuene). Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, pp.1–31.
- Castel-Branco, C.N., 1983b. A integração dos assalariados com boa base na agricultura numa economia socialista planificada: Bobole e Sul da Vila. Projecto Troca 83 (Marracuene), Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigador&investigadorid=1.

- Castel-Branco, C.N., 1995. Opções Económicas de Moçambique 1975 - 95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In B. Mazula, ed. Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo, pp. 581 – 636. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/capitulos_livros/Opcoes_Economicas_de_Mocambique_Problemas_licoes_e_Ideas_Alternativas.pdf.
- Fine, B., 1998. Flexibility and institutions in Labour markets. In B. Fine, ed. Labour Market Theory: A constructive reassessment. New York: Routledge, pp. 72 – 105.
- GdM, 2011. Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014, Maputo: Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.
- Khan, A.R., 2007. Growth, Employment and Poverty. In J. A. Ocampo & J. K. S., eds. Towards Full and Decent Employment. New York: United Nations, pp. 123 – 157.
- Oya, C., Cramer, C. & Sender, J., 2007. Lifting the Blinkers: A New View of Power and Poverty in Mozambican Rural Labor Markets. In Desafios para a investigação social e económica em Moçambique. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Sender,%20John.Oya,Carlos%20&%20Cramer,Christopher_Lifting%20the%20Bli.pdf.
- Rodgers, G., 2007. Labour Market Flexibility and Decent Work. In J. A. Ocampo & J. K. S., eds. Towards Full and Decent Employment. New York: United Nations, pp. 191 – 2006.
- Wuyts, M., 2001. Informal economy, wage goods and accumulation under structural adjustment theoretical reflections based on the Tanzanian experience. Cambridge Journal of Economics, 25, pp.417 – 438.
- Wuyts, M., 2010. Revisiting The Growth-Poverty Nexus From A Structuralist Macroeconomic Perspective, Dar - Es- Salam: REPOA.
- Wuyts, M., 2011. The Working Poor: A Macro Perspective. Disponível em: http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Academic_publications/MarcWuyts_valedictory.pdf.